



# “Ouro popular”: uma vivência do Norte e o seu reflexo no concelho de Lousada

Rosa Maria Mota\*

## Palavras-chave

“Ouro popular”; ourivesarias; feiras; traje regional; ranchos folclóricos.

## Keywords

Gold jewellery; jewellery stores; fairs; traditional costumes; folklore.

## Resumo

Neste artigo aborda-se o uso de adornos áureos de características populares, durante o século XX, enfatizando essa circunstância no concelho de Lousada. Tratamos, ainda que brevemente, os principais fatores ligados a esta prática, através dos séculos, como a presença de metais nobres no Norte do País, a realização de joias em ouro nas épocas castreja e romana, a génese do gosto na utilização de enfeites áureos, a simbologia social destes, o seu percurso e a queda do seu uso. Procuramos, ainda, exemplificar o que se entende por “ouro popular”, quais as suas principais tipologias e aquelas que mais uso tiveram na região de Lousada. Abordamos os seus centros de produção e a forma como foi comercializado e os locais onde tal comércio se realizou, dando um enfoque especial às feiras. Ainda dentro da comercialização destes artigos, elaborámos uma listagem, que não pretende ser exaustiva, das ourivesarias existentes em Lousada, durante a centúria em estudo, de forma a evidenciar a importância que esta prática nacional, e nortenha em particular, teve por terras lousadenses.

## Abstract

*In this article we intend to give a general view over the most important facts connected with the usage of gold jewellery, during the 20<sup>th</sup> century, emphasizing that fact in the area of Lousada. We approach, briefly, the main issues connected with that practice, throughout the centuries, like the presence of gold and other precious metals in the North of the Country, the existence of gold jewels in the “castro” and roman eras, the genesis of the taste of using gold jewels, their social meaning, and the rise and fall of its usage. We also explain what it is understood by “ouro popular”, which are its main types of jewels and which ones were most used in Lousada. The areas where this type of jewellery was produced and how and where it was sold were also analysed. On this last item we gave a particular focus to the street goldsmiths, and to the trade of gold jewellery in markets and fairs, and produced a list of the jewellery stores existing in Lousada in the 20<sup>th</sup> century in order to point out the importance of such practice for the local population.*

\* Doutora em Estudos do Património, pela Universidade Católica Portuguesa.

## 1. Introdução

Nos séculos XIX e XX, um conjunto de peças designado por “ouro popular”, com características formais e decorativas particulares, traduziu o gosto pela utilização de adornos áureos sentido pelas camadas na base da pirâmide social do Norte do País, especialmente da região de Viana do Castelo. Aqui, combinaram-se três fatores – o carácter festeiro do povo, o trabalho de etnógrafos e autodatas apaixonados pelas tradições locais e a cooperação económica dos órgãos de poder – que propiciaram a ocorrência de uma rede de romarias e festas, sustentadas pelo turismo, nas quais o traje típico e a consequente manutenção do uso do “ouro popular” teve um lugar preponderante. Dessa forma, a constante aquisição de peças deste tipo de ourivesaria justificou-se durante todas as décadas do século XX, e se, na atualidade, estas não são usadas no quotidiano das populações, elas fazem parte das suas vidas, constando dos seus anseios, integrando as suas aquisições e constituindo, ainda, uma reserva de valor.

Esta situação favorável ao uso do “ouro popular” não se verificou Lousada. Contudo, o consumo desse tipo de ourivesaria fez-se sentir nesta região, e pareceu-nos importante refletir sobre os matizes da sua utilização, ponderando sobre a matriz cultural deste gosto, abordando os tipos de peças que mais se usaram na região, como foram comercializados e a importância económica e social que tiveram para a população local.

Se a aquisição de “ouro popular” não é mais uma prática constante das gentes locais e este não constitui um património material, a história da sua utilização é, sem dúvida, um património imaterial da região, que justifica o seu estudo e preservação.

## 2. A presença do metal nobre, na região de Entre-Douro-e-Minho, através dos séculos

As minas peninsulares de cobre, estanho, ouro e prata exportavam para os portos fenícios do Mediterrâneo, fornecendo as minas das Astúrias, da Galiza e da Lusitânia, ao tempo de Plínio, vinte mil libras anuais de ouro nativo. Tama-

quantidade de metal precioso não deveria apenas ser usado para exportação, mas também como matéria-prima para a produção local de objetos de ouro (Severo, 1957: 440).

Contudo, com a intensificação da exploração mineira do ouro, no período de ocupação romana, a indústria joalheira peninsular, no Noroeste, começou a revelar certa decadência, em vez de continuar progredindo, depois de ter atingido o seu maior esplendor e florescimento durante a “cultura dos castros” (Cardoso, 1957: 19-20). Assim, o espólio da ourivesaria romana achada entre nós não é grande nem valioso e toda a joalheria peninsular atingiu o seu maior esplendor no desenvolvimento da cultura castreja, tendo decaído quando os romanos iniciaram as referidas abundantes extrações de minério (Couto e Gonçalves, 1960: 62).

A região a norte do Douro revelou-se a mais rica em metal nobre, e ainda nos anos 50 do século XX o ouro se explorava, em pequena escala, na mina do Campo de Jales (Vila Pouca de Aguiar), existindo vestígios de antigas lavras auríferas em Valongo, Paredes, Gondomar, Castelo de Paiva e Penedono, no Douro. Em Trás-os-Montes, tal procedimento verificou-se em Mirandela, na região do rio Sabor e em Chaves, e o mesmo aconteceu na serra de Arga e outros lugares, no Alto Minho (Cardoso, 1957: 16).

A presença de minério nobre no Noroeste português proporcionou a utilização de ornamentos áureos em tempos remotos, influenciando, porventura, o gosto que se desenvolveu nesta região, através dos séculos, por adereços de ouro para exibição e entesouramento, do qual também fazia parte as moedas do mesmo metal. Assim, no século XVI, já se justificava a tendência das gentes do Minho de amealhar em ouro, devido a vários fatores, entre os quais as limitações severas das terras de cultivo, a precariedade do gado e a inexistência de onde mais empregar os ganhos. Na centúria seguinte, as populações locais demonstravam a sua paixão pelos enfeites de ouro, com que as mulheres se adornavam nos dias festivos e de grande guarda, mas em especial na páscoa e em romarias de festividades de santos, facto

também muito comum na comarca da Maia e em todos os pontos marinhos de toda esta região (Carvalho, 1950: 182).

No século XVIII, apenas as freguesias da Sé, São Nicolau e Santo Ildefonso, no Porto, juntariam, provavelmente, mais de trinta arrobas de metal precioso. Mas, nas comarcas da Maia e de Penafiel existiam mais de 50 freguesias notáveis pela posse de ouro, sendo indubitável que até as raparigas que apascentavam os gados trouxessem, diariamente, ao pescoço, cordões e contas e, também, que fosse rara a lavradeira que não possuísse uma ou várias peças semelhantes (Costa, 1945: 19-20).

O binário valor/joia persistiu no tempo e, no século XIX, era de tal forma importante e presente na vida da mulher de Entre-Douro-e-Minho, que o seu objetivo seria engalanar-se com os mais vistosos ornamentos de ouro, assim mostrando a sua perene e pujante afinidade com os adornos preciosos, que, além de enfeites, constituíam as suas reservas de valor (Costa, 1874: 253, 259). Na mesma centúria, a crise da indústria da ourivesaria é, principalmente, atribuída ao facto dos lavradores passarem a reconhecer a inutilidade de empregar as suas economias em objetos de ouro, que nada rendem. Porém, encontrar-se-iam, ainda, nas grandes feiras e romarias do distrito, os afamados cordões de ouro e os corações de filigrana, enlevo das lavradeiras minhotas (Vieira, 1886: 67).

Já no início do século XX, o ouro, a par da profusão dos bordados das vestes regionais, denotava a riqueza de uma casa (Araújo, 1952: 14), sendo a maior parte das economias femininas colocada nos adereços deste metal, que, nos tempos tristes, seriam vendidos para acudir a necessidades mais imperiosas (Sampaio, 1903: 126), que, além deste recurso, também eram solucionadas através da penhora de adornos áureos.

Este encantamento para com os adornos de ouro não é unicamente registado no Minho<sup>1</sup>, mas por todo o Norte e, naturalmente, também em Lousada, com maior ou menor ênfase, conforme as possibilidades das gentes e a tradição da terra.

### 3. "Ouro popular": designação e principais tipologias

Quando associado à ourivesaria, o adjetivo popular torna passível a assunção de que esta seja gerada por gente simples e consumida apenas pelo estrato mais baixo da pirâmide social. Porém, a denominação "ouro popular" não é tão simplista ou direta como poderá parecer, assim como não é evidente o seu público-alvo.

A designação vingou, mas são vários os investigadores que se debruçaram sobre a legitimidade do termo utilizado para designar este conjunto de peças em ouro, considerando a terminologia cómoda, mas talvez pouco rigorosa em termos científicos (Sousa, 2010: 107), ou argumentando que o termo popular tem sido demasiadamente lato e geral, considerando que a posse não confere aos ornatos o carácter popular, sendo a repetição de elementos decorativos, o peso do metal nobre, em discordância com o tamanho da joia, e a mão-de-obra, os fatores que definem o adorno popular (Ribeiro, 1974: 325, 347). Acrescentaríamos que o barroquismo das suas realizações e do seu uso, o reconhecimento imediato das tipologias pelos seus usuários, através de uma nomenclatura, e a predominância da sua utilização em grupos sociais oriundos do campo, desde lavradores a burgueses e fidalgos, constituem particularidades que definem o núcleo de peças caracterizadas como "ouro popular".

Entendemos que os principais objetos, tradicionalmente enquadrados por esta denominação, correspondem àqueles que denominamos por "núcleo original", e que constam de argolas, arrecadas e brincos de várias feições, cordões, grilhões, gramalheiras, colares de contas, cru-

<sup>1</sup> Convém notar que muitas vezes se encontram referências a localidades do Minho que, efetivamente, pertencem ao Douro e que, anteriormente, teriam pertencido a Entre-Douro-e-Minho. Daí que, nem sempre as referências ao Minho correspondem ao território que hoje essa região ocupa.



Figura 1. Conjunto de peças do “núcleo original” do “ouro popular” (de cima para baixo, da esquerda para a direita: cruz de resplendor, coração flamejante em filigrana, colar de gramalheira, Nossa Senhora da Conceição, relicário, coração barroco, cruz de Malta, grillão e cordão de ouro).

zes, relicários, corações, “conceições”<sup>2</sup>, cruzes de Malta, borboletas e laças, a que se juntaram, no final século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, as libras encastoadas, os brincos e os alfinetes de libras. Estes ornamentos ocorrem em tamanhos e técnicas diferentes, contudo, a predominância da técnica da filigrana assume uma tal relevância que, por vezes, traduz

este grupo de ornatos. Às peças matriciais do “ouro popular” juntam-se brincos, gargantilhas e alfinetes de ouro, produzidos a partir da década de 30 e 40 do século XX, e apelidados de “parolos” ou “saloios”<sup>3</sup> por muitos ourives, e os ocos, pulseiras de cariz geométrico e ainda uma plêiade de peças em ouro amarelo e prata, na qual destacamos os “esmaltes”<sup>4</sup> e ainda os “lutos”<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> Imagem de Nossa Senhora da Conceição de vulto perfeito, também conhecida, no Minho, por Nossa Senhora do Caneco, devido à semelhança da sua argola de suspensão com a asa de um cântaro.

<sup>3</sup> Peças em chapa, vazadas e decoradas com pedras azuis, amarelas ou vermelhas. A sua designação, dada pelos ourives e fabricantes, resulta da popularidade junto das mulheres do campo. No entanto, este tipo de peças, sobretudo brincos, foi usado por mulheres de um vasto leque social. Por brincos “parolos” são também conhecidos, em alguns setores, uns ornatos de orelha pequenos, com formas geométricas, ressaltadas pelo uso de pequenas flores e com influência *art déco*.

<sup>4</sup> Retratos feitos sobre esmalte, nas cores sépia, verde, preto, azul, sanguíneo e fotográfico e inseridos em guarnições de ouro. A execução destas peças dependia da colaboração de um fotógrafo, para a fotografia, de um esmaltador, que a passava para o esmalte, e de um ourives, que executaria a guarnição que as remata. As guarnições mais tradicionais envolviam enrolamentos fitomórficos decorados, por vezes, com pequenas pérolas e com ouro branco e amarelo, ou ouro e prata. Os esmaltes eram, sobretudo, usados por mulheres, como sinal de compromisso com o seu noivo, em evocação do seu marido ou exibindo a fotografia de filhos ou netos. Os homens também os utilizaram, mas em forma de anel e em menor escala. Foram usados por mulheres do campo e da cidade e, já em 1927, Júlio Pinto Pereira Júnior notava que, ao peito das mulheres do Minho existiam “grilhões em enormes medalhas de ouro, onde colocam os retratos dos seus tones [namorados]”. As vendas consideráveis deste ornato justificaram a existência de ourives dedicados, exclusivamente, à produção destas guarnições, até aos anos 70 do século XX, época em que declinou.

<sup>5</sup> Pequenos brincos em ónix ou material que o imite, usados, muitas vezes, por viúvas.



Figura 2. Gargantilha, brinco (silvanas) e alfinete de peito ditos "parolos".

Ainda que muitos dos seus ornatos reflitam conceitos e crenças ligados à superstição e à religião católica, estas conceções não constituem a principal característica do "ouro popular" português, que tem a sua principal particularidade na reserva de valor e na exibição dos ornatos como forma de legitimação da mesma, enquanto funcionava como ornamentação.

Ligado ao povo, na sua essência, o "ouro popular" acaba por se revelar transversal, pois ocorre em todas as camadas sociais e em todas as décadas, desde finais do século XIX. No entanto, através do século XX, as suas usuárias abandonaram o seu uso sistemático, à medida que subiram na escala social, económica ou profissional. Na atualidade, mulheres ligadas às artes, à cultura, à política e de profissões liberais, com ou sem ligação ao mundo rural, usam alguns destes or-



Figura 3. Isabel Maria Leite Antas de Oliveira Pinto de Mesquita, na Casa de Vila Pouca, em Meinedo (Lousada), usando adornos de ouro (ca. 1930). Fonte: coleção particular de Isabel Maria Leite Antas de Oliveira Pinto de Mesquita.

namentos<sup>6</sup>. Fazem-no, porém, como uma tomada de posição frente a uma forma de património e cultura em desaparecimento, para os publicitar, como afirmação cultural da região em que vivem ou, ainda, por gosto. Contudo, tratam-se de casos pontuais, que não constituem um modelo de utilização do "ouro popular".

#### 4. Locais de produção

Guimarães e Porto foram, durante o século XIX e em épocas anteriores, importantes polos de produção de ourivesaria, nomeadamente a de cariz popular.

Nos séculos XVIII e XIX, a ourivesaria fabricada em Guimarães era extremamente diversificada, contando-se mais de 110 produtos diferentes,

<sup>6</sup> Em 1969, Simone de Oliveira representou Portugal no Festival da Canção, realizado em Madrid (Espanha), exibindo uns brincos à rainha. Vânia Fernandes, no Festival da Canção, de 2008, apresentou-se com um par de brincos de enormes corações de filigrana, sendo comuns as apresentações desta cantora exibindo brincos à rainha. A fadista Katia Guerreiro também os exibe, entre outros ornatos, tanto em atuações, como no seu quotidiano, e Teresa Salgueiro usou os mesmos pendentes, mas em prata, em espetáculos e capas de CD's. A escultora Joana Vasconcelos usa, por vezes, um coração de filigrana e Manuela Eanes uma laça. Em abril de 2014, a princesa Mary da Dinamarca exibiu um par de brincos à rainha num ato formal do seu país, e, no mesmo ano, Sharon Stone, a conhecida artista americana, foi vista a passear em Beverly Hills, nos EUA, usando um fio de onde pendia um coração flamejante, de filigrana, português. A peça que a atriz exibiu, manufaturada em Gondomar, pelo filigraneiro António Cardoso, foi-lhe oferecida por Mário Ferreira, da empresa Douro Azul. Depois da publicação desta imagem nos *media*, a venda de corações de filigrana disparou, sendo possível afirmar que esta ação da artista norte-americana fez mais pelas vendas de ourivesaria de filigrana do que anos de quaisquer iniciativas publicitárias realizadas.

executando os ourives do ouro quase só joalharia, quer de carácter erudito<sup>7</sup>, quer popular<sup>8</sup>, e trabalhando-se, também, a filigrana (Santos, 2009: 9).

Na mesma época, na cidade do Porto, operava um elevado número de oficinas. Porém, este tipo de trabalho passou, paulatinamente, para Gondomar, devido à sua proximidade com a zona oriental da cidade, onde se encontravam muitas delas.

No último quartel do século XIX, haveria no concelho de Gondomar 95 oficinas, com um total de 347 operários (Vieira, 1886: 613), sendo, ainda, este número o mencionado na primeira metade do século XX (Oliveira, 1934: 199); e Travassos, na Póvoa de Lanhoso, em 1907, constituía uma freguesia afamada pelas muitas e importantes obras de filigrana que ali se fabricavam, sendo “uma das primeiras terras do Reino neste género de ourivesaria” (Bastos: 1907).

Em 1941, ainda se aponta a relevância dos ourives de Braga, Guimarães e Porto, cabendo primazia a estes últimos, e aos fabricantes de Gondomar é atribuída “a fama e as carícias da ourivesaria mais popular, mais tradicional e mais singelamente artística” (Chaves, 1941: 56). Ao longo dos séculos XIX e XX, com o enfraquecimento das ourivesarias do Porto, Gondomar vai assumindo um papel preponderante na produção de ourivesaria – sendo mesmo apodado por muitos como a capital da ourivesaria portuguesa –, e, devido à grande expansão deste polo produtor, foi fundada aqui uma contrastaria, através da Lei n.º 85, de julho de 1913, para serviço privativo dos ourives gondomarenses.

Em 1955, o *Boletim de Ourivesaria* apontava cerca de 3000 operários que, no Norte do País, se ocupavam na indústria da ourivesaria, sem especificar quantos laboravam na ourivesaria do ouro e da prata e sem mencionar quantos deles se dividiam pelos dois principais polos produtores.

Já no início da atual centúria, o concelho de Gondomar contava com 611 indústrias desta área oficialmente registadas na Contrastaria<sup>9</sup>, baixando esse número para 482, em março de 2013, enquanto a Póvoa de Lanhoso apresentava 28 ourives registados<sup>10</sup> nesse organismo<sup>11</sup>. De notar que, para o caso de Gondomar, em 2001, deviam ser consideradas, ainda, as dezenas de trabalhadores “à peça”, que não se encontravam registados na Contrastaria. O mesmo sucederá em 2013, embora o seu número, possivelmente, tenha descido, de acordo com a baixa assinalada entre os ourives registados e a consequente diminuição de trabalho. Pelo exposto se compreende que, dadas a particularidades deste tipo de trabalho, que envolve subcontratados, é difícil quantificar o número de pessoas que esta indústria abrange em cada localidade.

Além das oficinas, há ainda a considerar os armazenistas ou grossistas, quase todos sediados na cidade do Porto, se bem que também existissem em Gondomar e na Póvoa de Lanhoso. Distribuía os produtos de ourivesaria por todo o País, trabalhando com os dois polos do mercado: o produtor e o comprador final. Este mostrava pouca apetência por novos modelos, situação sustentada pelas grossistas, que não tentavam introduzir novos paradigmas no mercado, pois o seu lucro mantinha-se constante com a produção

<sup>7</sup> Laços, brincos, adereços, colares, braceletes, tremedeiras e “hábitos”.

<sup>8</sup> Entre os produtos comercializados constavam argolas, brincos de diversos tipos, morcelas, cabeças e cadeados, para ornamentação das orelhas, fios de contas, corações, borboletas, cruces, Cristos, relicários, Senhoras da Conceição, medalhas e, ainda, anéis variados, alfinetes, botões e ex-votos (olhos de Santa Luzia).

<sup>9</sup> [S.a.] – A nova tradição da ourivesaria. *Gondomar em Revista, revista municipal*. Gondomar. 5 (maio de 2001), p. 8.

<sup>10</sup> Informação prestada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, em correio eletrónico assinado por Helena Esteves Felgas, diretora da Unidade de Contrastarias, em 14 de março de 2013.

<sup>11</sup> Em 1907, os ourives matriculados na Contrastaria do Porto excediam os 900, enquanto na Contrastaria de Lisboa seriam 319, números que, já no início do século, atestam a predominância da arte da ourivesaria no Norte (Barbosa, Ermida e Lima Júnior, s.d.: 9).

de sempre, facto apenas alterado já na reta final do século XX, com a introdução de novas tipologias e desenhos para estimular a compra por parte de um novo grupo de clientela.

Além dos centros produtores mencionados, não podemos descurar Cantanhede, conhecido, principalmente, pela grande quantidade de ourives ambulantes daí naturais, que mencionaremos *infra*, mas também pela existência de alguns fabricantes e importantes grossistas, tendo sido um importante centro distribuidor de ourivesaria.

Relativamente à diferenciação de tipologias por localidade, a maior produção de fios e peças estampadas centrava-se em Gondomar, enquanto alguns modelos de argolas e arrecadas, cruces de canevão, colares de gramalheira e contas se faziam na Póvoa de Lanhoso, enquanto as peças de filigrana se produziam em ambos os locais. Entretanto, quaisquer tipologias passaram a ser produzidas nas duas localidades, mantendo-se apenas algumas características distintivas iniciais.

A uniformidade tipológica e decorativa da ourivesaria popular portuguesa terá resultado, em grande parte, da existência de apenas dois grandes polos produtores, durante o século XX: Póvoa de Lanhoso e Gondomar. Situados, um, no Minho e, outro, no Douro Litoral, e ambos na antiga província de Entre-Douro-e-Minho, os dois centros sofreram as mesmas influências sociais, artísticas, políticas e económicas, que resultaram na construção de uma estética única e, por isso, conceberam e produziram um conjunto idêntico de peças, salvo raras especificidades, que se estendeu a todo o país.

## 5. Formas e locais de comercialização da ourivesaria do ouro

A comercialização dos artigos de ourivesaria, assim como de prataria e relojoaria, esteve, principalmente, dependente da ação dos ourives

ambulantes e ourives feirantes, cuja atividade itinerante se desenvolvia de porta em porta e em festas ou feiras, por todo o País. A venda em lojas de porta aberta – as ourivesarias – consistiu numa outra via de comercialização desses produtos, mais presente em vilas e cidades, sendo a mais conhecida na atualidade. Todas as formas de comercialização foram relevantes no seu tempo e na área em estudo, sendo todas responsáveis por um setor económico importante e pela difusão da ourivesaria popular nos centros urbanos, no campo e nas zonas mais remotas do País.

### 5.1. Ourives ambulantes/feirantes

Nos séculos XVIII e XIX, os ourives feirantes vimaranenses desempenharam um papel na distribuição da joalharia e prataria nortenhas pelo mundo rural do Portugal do interior, sendo a ação persistente e a mobilidade destes agentes comerciais, vocacionados para a satisfação dos pequenos mercados, de âmbito local ou regional, constante ao longo dessas centúrias (Santos, 2007: 235).

No final do século XIX e início do século XX, mais no Centro, vai surgir uma outra classe de vendedores de ourivesaria, os ourives ambulantes de Cantanhede<sup>12</sup>, e da sua atividade irá resultar, em grande parte, a descentralização do comércio de retalho, que, durante largo tempo, se situou nos dois principais centros urbanos do país (Cravidão, 1986: 18). Vendiam de porta em porta, em mercados e feiras e as suas “voltas” cobriam todo o território nacional, principalmente o interior. No Douro Litoral e Minho litoral, a ação destes homens não se fez sentir, dada a concorrência entre eles e os ourives de porta aberta, muitas vezes considerada desleal por estes últimos, e, assim, nenhuma das feiras de ano do concelho de Lousada fez parte das feiras a que acorriam – centenas apenas na zona Norte.

Porém, as feiras, acontecimentos que constituíram, desde a Idade Média, locais privilegiados para o comércio dos mais diversos produtos,

<sup>12</sup> Em 1926 foram instituídos os estatutos pelos quais esta comunidade comercial se deveria reger, conforme o anúncio no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 219, de 17 setembro de 1926.

revelaram-se extremamente importantes para a venda e disseminação da ourivesaria, em todo e País. Associadas, geralmente, a uma romaria, ainda hoje as importantes feiras anuais se realizam nas datas que festejam um santo (Sanchis, 1992: 145), enquanto as feiras semanais, quinzenais ou mensais se articulam às realidades e condicionamentos urbanos e administrativos. Nas *Memórias Paroquiais* de meados do século XVIII, as feiras de Barcelos e Vila Nova de Famalicão (Requião)<sup>13</sup> figuram como as mais relevantes para a compra e venda de ourivesaria, e, em 1965, ainda se alude a ruas completas de ourivesarias dentro da feira de Barcelos, onde se vendia “finíssimo ouro lavado” (Ribeiro, 1964: 17). A feira de Lousada também contou com a presença de ourives feirantes, durante o século XX, e no sentido de ilustrar a vivência de um deles, socorremo-nos das memórias de uma ourivesaria lousadense, a Ourivesaria Neto<sup>14</sup>, cuja colaboração agradecemos.

Não pudemos apurar o ano a partir do qual esta casa começou a vender ouro nas feiras, mas terá sido em época anterior a 1947, data em que Ramiro Gomes entrou para a firma e “já se fazia feiras há muitos anos”<sup>15</sup>. A ourivesaria não mon-

tava tenda na feira de Lousada<sup>16</sup>, localidade onde possuíam a sua loja. Porém, não era raro que um comerciante fizesse a feira da sua terra, uma vez que os clientes da loja e os da feira nem sempre eram os mesmos. As grandes feiras anuais não constavam do seu calendário, à exceção da feira de São Martinho, em Penafiel, em novembro, que constituía um dos momentos de maiores vendas, pois este acontecimento atraía uma grande afluência não só de lavradores, mas também de gente de todos os setores económicos e sociais. Em todas as outras feiras, o valor das vendas era estável, atingindo picos mais altos perto das festividades religiosas, como o natal, a páscoa, as datas anteriores às comunhões solenes e, também, após as colheitas, pois os lavradores haviam, então, realizado dinheiro.

O dia-a-dia destes ourives feirantes começava de madrugada e os procedimentos assemelhavam-se a todos eles. Chegados à ourivesaria, estes homens abriam a caixa forte, colocavam os cartazes<sup>17</sup> dentro das malas que instalavam na carrinha, juntamente com a lona e os balcões de madeira necessários para montar as barracas. As deslocações eram feitas em carrinhas próprias,

<sup>13</sup> Não conseguimos informações sobre a feira de Requião na atualidade, mas a feira semanal de Famalicão ainda é frequentada por dois ourives. No ano 2000, ascendiam a oito e, nos anos 80 do século XX, aproximar-se-iam da dúzia. No recinto da feira, ocupavam uma rua completa com barracas de madeira, de sua propriedade, que ficavam de feira para feira, pagando o ourives, apenas, a taxa de ocupação do solo. Informações de Francisco Simões, Câmara Municipal de Famalicão (20 de fevereiro de 2014).

<sup>14</sup> Em 1864, Serafim da Silva Neto abriu uma loja de ourivesaria, em Lousada. Desconhecemos se possuía familiares ligados ao ramo ou se viu no setor uma fonte de bom negócio. A ourivesaria transitou para seu filho, Joaquim da Silva Neto e, depois, para o filho deste, António Manuel da Silva Neto (1923-1984), que ampliou o negócio e, em 1964, mudou de instalações, passando a loja a ocupar um amplo e moderno espaço no centro da localidade, onde ainda hoje se encontra. Presentemente, a ourivesaria pertence à sua viúva, Rosa Ferreira de Magalhães Neto, e às suas duas filhas, quarta geração na ourivesaria.

<sup>15</sup> Esta casa concorria às feiras semanais e mensais das redondezas, segundo esta calendarização: feiras mensais, dias 1 e 18 – Paredes; dias 3 e 15 – Marco de Canaveses; dias 5 e 21 – Cô (Paços de Ferreira); dias 10 e 20 – Penafiel; dias 13 e 27 – Freamunde (Paços de Ferreira). Por sua vez, as feiras semanais realizavam-se, à segunda-feira, em Felgueiras, à terça-feira, na Lixa (Felgueiras), à quarta-feira, em Fafe, e, ao sábado, em Negrelas (Santo Tirso).

<sup>16</sup> Por reunião camarária, em 28 de dezembro de 1945, foram decididas as tarifas de preços impostas pela Câmara Municipal de Lousada quanto aos bens transacionados na feira dessa localidade e mencionados no *Livro de Estiva* da Câmara Municipal, cujo termo de abertura menciona que “Há-de servir este livro para nele serem escriturados os preços dos diversos géneros à venda neste concelho”. Relativamente aos metais nobres, foram decididos os seguintes valores: ouro (1 gr) – 31\$00, em 1945, e 25\$, em 1946 e 1947; prata (1 gr) – \$80, em 1945, 1946 e 1947; platina (1 gr) – 90\$00, em 1945, e 100\$, em 1946 e 1947. A partir desta data, e até aos anos 70 do século XX, o *Livro de Estiva* menciona os valores para todos os produtos vendidos na feira, exceto para a ourivesaria, apenas contemplada nos três anos mencionados.

<sup>17</sup> O mesmo que pastas; cartões onde o ouro era cosido para exposição.

chegando a ter três carros na estrada, sendo cada grupo composto por três funcionários. Uma vez na feira, urgia armar a tenda<sup>18</sup>, sempre no mesmo local. Pouco depois passava o “homem da Câmara” para recolher o “terrado” – pagamento da taxa, baseado nos metros quadrados de ocupação do terreno no recinto da feira. Este imposto e esta forma de coleta mantiveram-se até aos anos 80 do século XX, data a partir da qual se oficializou um contrato anual com as câmaras municipais de cada localidade<sup>19</sup>. Quando, à noite, voltavam à ourivesaria, tudo era descarregado, mesmo se estivesse programada a partida para outra feira na manhã seguinte. Retiravam-se os cartões do ouro das malas de transporte e escovavam-se os adornos para dar, novamente, o brilho ao ouro, pois este era um dos atrativos dos ornatos; repunham-se, então, as peças vendidas e recosiam-se aquelas que haviam sido retiradas do cartão, mas que acabaram por não serem vendidas, por resistência do comprador ou por opção por outro ornamento.

Para cada uma das deslocações, nos tempos de melhores vendas, transportava-se entre 20 e 30 kg de ouro em peças cosidas nos cartazes de veludo azul-escuro, com linha vermelha, e estes, por sua vez, embalados nas ditas malas de latão, próprias para o efeito. Na tipologia de cordões era normal apresentar, em cada feira, 10 a 12 cartões com 10 fios cada um, o que dava entre 100 a 120 cordões de diversas espessuras e pesos. Para as voltas e colares, de 5 a 40 gr, habitualmente transportavam-se 80 exemplares, distribuídos por oito cartões. No caso das voltas mais finas, de malha barbela, o número de cartões aumentava para 10, com os tradicionais 10 fios por cartão. Estas várias dezenas de fios cobriam totalmente a reta-

guarda da tenda, criando uma cortina dourada, que funcionava como um dos grandes atrativos da barraca dos ourives. O ouro em todo o seu esplendor convidava à compra e à ornamentação, criando imagens de riqueza e de beleza no imaginário de quem o admirava.

Além dos fios, faziam parte da oferta vários cartões com diversos modelos de medalhas, pois um fio era quase sempre vendido com um ornato para o “compor”, e, ainda, muitos modelos de pendentes de orelha, que sempre constituíram itens inultrapassáveis em vendas. Por sua vez, completando o painel de possibilidades de compra, ofereciam-se várias tipologias de anéis, sendo estes os artigos mais transacionados na segunda metade do século XX. As vendas destes ornatos constituíram um indicador da alteração dos profissões desempenhadas por mulheres, pois uma grande parte da população feminina passou a exercer funções que lhe permitiam exibí-los diariamente, sem que estorvassem no trabalho ou se danificassem com ele.

As condições de pagamento praticadas na feira seriam idênticas às da loja: pronto pagamento, a prestações e com “casalho”<sup>20</sup>. Os descontos constituíam uma prática assente, uma vez que eram pedidos pela totalidade dos clientes. De acordo com um outro ourives feirante desta localidade, Rui Magalhães, que integrou o grupo dos últimos ourives presentes na venda ambulante, os clientes da zona do Vale do Sousa gostavam de “marralhar”, discutir o preço, hábito maior nas feiras do interior do que nas das localidades junto às cidades, ou mesmo nestas. O objeto assim adquirido “enriquece-se de um investimento lúdico e agonístico que o tornará mais precioso” (San-

<sup>18</sup> No final da segunda metade do século XX, alguns ourives optaram por exibir o ouro em autocaravanas, por comodidade, uma vez que, dessa forma, evitariam armar e desarmar a tenda. Porém, a maior parte dos clientes não aderiu a esse tipo de venda, considerando as tradicionais barracas de lona como a verdadeira face do ourives feirante.

<sup>19</sup> Este contrato com as câmaras municipais não obrigava à declaração do ramo de atividade, apenas se considerando e registando os metros quadrados de terreno que iriam ser ocupados, de forma a calcular o imposto a pagar. Tal facto revelou-se extramente prejudicial em termos de investigação histórica, pois não permite detetar a presença e a permanência do tipo de comerciantes que acudiam a cada feira, impedindo-nos, neste caso, de acompanhar a presença de ourives nas feiras após esta medida.

<sup>20</sup> Peças de ouro danificadas, ou que já não se queriam, e que davam como pagamento de parte do novo ornato a adquirir.

chis, 1992: 150). Apreciavam, igualmente, que o dono da barraca de ourives fizesse comentários como “se não tiver dinheiro agora, paga depois”, ao que o cliente responderia: – “Era o que faltava! Comprar ouro fiado! Não senhor!”. Este tipo de oferta só se fazia a clientes usuais e que não costumavam “comprar fiado”, funcionando como um incentivo à aquisição, pela deferência mostrada, e não como uma verdadeira oferta de crédito, facto conhecido por ambos os lados.

Nas feiras, os clientes eram “mais fiéis” do que nas lojas, não trocando nunca o seu fornecedor. Além disso, quando se aproximavam da tenda, vinham para comprar e não apenas para ver o que havia. A decisão da compra e do ornato a adquirir já tinha sido ponderada e efetivada no seu íntimo, restando apenas a formalização da aquisição, que se revestia de características peculiares. Era muito comum que os clientes tivessem um vínculo marcado com um vendedor e se este, por alguma razão, não estivesse presente na feira, iam ao limite de deixar a compra para a feira seguinte. No entanto, esta situação podia ser ultrapassada se o cliente fosse atendido pelo dono da ourivesaria, facto muito apreciado por todos os compradores. Este deveria, também, cumprimentar todos os fregueses, mesmo sendo clientes de um seu funcionário, pois tal deferência era muito bem vista e esperada.

Os consertos representavam, igualmente, uma grande fonte de ingressos; o cliente entregava a peça numa feira e recebia-a consertada na seguinte.

As vendas diminuíram a partir dos anos 80 do século XX, atingindo uma redução drástica a partir de 2009. A proibição de vender gado e galináceos nas feiras<sup>21</sup> acabou com 90% das vendas de ouro neste tipo de comércio. O lavrador, após realizar o seu negócio, comprava ouro para aforro, dote ou para eventuais prendas. Da mesma forma, as mulheres do campo que se deslocavam à feira para vender galináceos ou ovos adquiriam pequenas peças de ouro para si ou suas filhas, que

iam pagando todas as feiras, com parte do dinheiro obtido com tais vendas. O termo da entrada de dinheiro durante a feira e o fim desta liquidez adicional ao orçamento familiar refletiu-se na compra de pequenos e grandes ornamentos em ouro, que deixaram de se adquirir com a mesma facilidade de então.

Até à entrada em vigor do euro<sup>22</sup> existiu, ainda, um outro tipo de comprador feminino: a mulher emigrante. A percentagem de emigrantes, em França, revelou-se sempre muito elevada no Douro Litoral e todos os anos, no mês de agosto, estes regressavam às suas terras de origem. Durante este período, o dinheiro corria facilmente e muitas compras se efetuavam, incluindo ornamentos de ouro, adquirindo, algumas delas, peças de aparato, quer para mostrar o seu poder económico recém-adquirido, quer, ainda, para aforro. A dona de casa emigrante, à custa de bom governo, retirava mensalmente alguns francos às despesas do lar e, chegada a Portugal, trocava-os por escudos. Beneficiando com o câmbio, dispunha de dinheiro suficiente para pequenas peças em ouro para si e suas filhas. No momento em que esta vantagem cambial deixou de existir, as vendas de ouro foram afetadas.

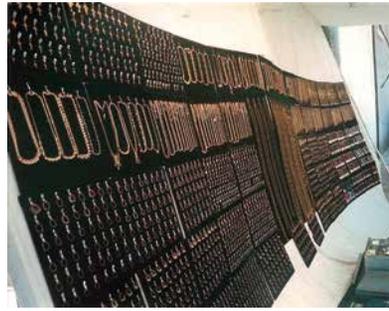
Os ourives feirantes desenvolveram um importante comércio de ourivesaria do ouro durante todo o século XX, especialmente em zonas rurais. Nas suas tendas ou barracas, todas as classes sociais encontraram ornamentos que lhes satisfizessem os desejos, pois nelas se encontrava “tudo à medida das suas economias” (Conde d’Aurora, 2007: 333). A presença de ourives nas feiras e mercados mais modestos sempre surpreendia, tais “bancos populares ambulantes sempre abertos ao investimento de magras economias”, e a abundância de joias expostas, sem proteção, nem intervalo, espantava neste ambiente, pois, perto de humildes objetos quotidianos, que constituíam as mercadorias comuns da feira, sobre panos pretos pendurados em tabiques, o metal precioso compunha, sem transição, “uma renda de sonho, sumptuoso e austero, ao mesmo

<sup>21</sup> Esta proibição deu-se entre os anos de 1988 e 1989, segundo informações colhidas junto da Câmara Municipal de Lousada (15 de fevereiro de 2014).

<sup>22</sup> O euro entrou em vigor, em Portugal, no dia 1 de janeiro de 2002.



**Figura 4.** Mala de folha para o transporte dos cartões com ouro. Este utensílio apresentava uma abertura superior e frontal, para permitir a colocação dos cartões, nos quais o ouro era cosido. Fonte: coleção particular de Carlos Tavares.



**Figura 5.** Aspecto parcial de uma barraca de ourives, numa feira do concelho de Lousada, no final do século XX.

tempo” (Sanchis, 1992: 149). A diminuição das vendas e a instabilidade provocada pelos crescentes assaltos a ourives levaram muitas ourivesarias a desistir da venda ambulante, fechando um ciclo de dezenas de anos dessa atividade.

## 5.2. As ourivesarias

Desde finais do século XIX que as lojas de ourivesaria – as ourivesarias – fizeram a sua aparição em muitas cidade e vilas. À semelhança do que era praticado, desde a Idade Média, pelos diversos artífices, as ourivesarias tendiam a agrupar-se na mesma rua da cidade. Em Guimarães, no século XIX, a Rua da Tulha era a rua dos ourives, pois nela se encontravam 11 irmãos de Santo Elói<sup>23</sup>. Mais tarde, “o povinho rural” designava a atual Rua da República de rua dos “orives” (Carvalho 1987: 97), não tendo essa circunstância outra explicação se não a deslocação do maior número de lojas de ourives para outra artéria comercial, continuando, no entanto, a agruparem-se numa mesma rua.

Situação idêntica se deparava em Viana do Castelo, onde, até ao primeiro quartel do século XX, as ourivesarias da cidade se concentravam

na Rua da Picota, enquanto, hoje, se encontram espalhadas por toda a cidade. Porém, nesta rua existem, ainda, várias ourivesarias, incluindo três das mais antigas da cidade.

Por sua vez, a cidade do Porto, de maior dimensão e com um amplo comércio e produção de artigos de ourivesaria, apresentou sempre mais do que um polo de vendas. No entanto, a Rua das Flores era tida, por muitos autores, como a principal artéria comercial para este tipo de produtos, e onde, na transição do século XIX para o XX, bons negócios se faziam graças à clientela das lavradeiras dos arrabaldes, que aí gastavam a maior parte do seu dote em arrecadas e cordões (Pimentel, 1894: 63).

Nas cidades de menor dimensão e nas vilas haveria menos ourivesarias, ou apenas uma, o que não levava à sua junção na mesma rua. Lousada, porém, foi sempre terra de vários ourives e relojoeiros e, no sentido de dar uma panorâmica desse comércio, no século passado, efetuámos um levantamento dos negócios existentes, que não poderá ser definitivo, uma vez que se baseou na publicidade feita por estas casas<sup>24</sup>, entre os anos de 1900 e 1974<sup>25</sup>, e que apresentamos em anexo.

<sup>23</sup> Padroeiro dos ourives e, de forma geral, daqueles que trabalham os metais.

<sup>24</sup> Esta listagem foi baseada na publicidade do *Anuário do Comércio do Porto e seu districto*; *Anuário Commercial do Porto para a Cidade do Porto, Gaia, Matozinhos e restantes concelhos do districto* e *Anuário do Porto – Santos Viséu*.

<sup>25</sup> Quando consideramos a realidade da ourivesaria popular, no século XX, optamos por colocar a década de 70 do século XX como uma charneira para o seu uso. Apesar de, nos anos 90, este tipo de ourivesaria ter atingido vendas elevadas e nos anos 70, logo a seguir ao 25 de abril de 1974, se ter também revelado uma grande procura de objetos de ouro, as alterações sociais, políticas, económicas e estéticas que se seguiram a este período tiveram uma profunda influência no consumo deste tipo de ourivesaria, que não recuperaria a importância que tivera até então.

Pelas ourivesarias elencadas conclui-se a presença de um elevado número destas casas na vila, o que denuncia a existência de uma clientela mais do que suficiente para os artigos de ourivesaria, capaz de as alimentar. De salientar, também, a presença de ourivesarias em três freguesias – Nevogilde, em 1900, Paços (freguesia do Torno), de 1913 a 1915, Torno, de 1948 a 1974, e Caíde de Rei, de 1953 a 1964 –, que confirmam a relevância que os artigos de ourivesaria gozavam na vida da população local.

## 6. Tipos de adornos de ouro mais comuns no concelho de Lousada

Na região de Lousada, os tradicionais cordões revelavam-se o fio mais cobiçado e, no início do século XX e durante a sua primeira metade, este fio constituía a peça mais desejada por todas as raparigas, que a adquiriam na idade de começarem a namorar. Se provinham de famílias com posses, seriam os pais a facultar-lhes a sua aquisição, mesmo antes desse período. Se se tratavam de criadas de lavoura ou criadas internas, estas retiravam, todos os meses, uma determinada quantia para comprar a peça, ou, em alguns casos, os próprios padrões avançavam com o dinheiro necessário, que depois seria descontado do ordenado. Até à década de 80 do século XX, os lavradores com posses compravam, impreterivelmente, um cordão para oferecer a cada filha<sup>26</sup>. A posse e exibição de um cordão revelava-se uma manifestação de riqueza e poder, sendo determinante no estabelecimento da posição social e até na capacidade de arranjar um bom marido, daí ser muito importante que, ao casar, a filha o possuísse. Dessa forma,

em Meinedo, as mães com raparigas casadoiras levavam-nas às festas da aldeia, à feira das Oitavas, pelo natal, e à feira da Festa Grande, em Lousada, assim como à feira do Corpo de Deus, em Penafiel, ataviadas com as suas melhores roupas e exibindo o cordão e todo o ouro que possuíam, sendo o conjunto, por vezes, completado com o da sua progenitora. Ao lado do gado, que venderiam ou exporiam em concursos, os pais levavam as filhas, bem vestidas e bem ouradas, a “fazer a feira”, subterfúgio para mostrar a filha casadoira.

No Douro Litoral (Nunes, 1949: 4, 9), assim como no Minho (Peixoto, 2011: 80), o cordão, além da sua função de ornamentação feminina, foi também utilizado como elemento decorativo, para enriquecer os arcos festeiros erigidos nas ricas casas de lavoura, aquando do casamento de uma filha. Por vezes, a estes fios juntavam-se brincos, voltas e anéis, tudo contribuindo para enaltecer o acontecimento e demonstrar a riqueza e importância da casa de lavoura que os erigia.

No Torno, a omissão deste atributo áureo funcionava como uma confissão de pouca estabilidade económica perante a comunidade, e até os cabaneiros<sup>27</sup> angariavam um pecúlio para ouro, pelo menos para brincos, para que a sua mulher não fosse apelidada de fanada. Também nesta freguesia, quando um lavrador se tornava proprietário do seu próprio gado, e não dependia mais do “dador de gado”<sup>28</sup>, geralmente, adquiria uma peça de ouro para a mulher ou para a filha, quer para celebrar essa ocasião, quer para, com a sua exibição, dar sinal à comunidade da melhoria do seu estatuto económico e, conseqüentemente, social. Nesta freguesia, o ouro representava o sucesso económico, a labuta e as qualidades de trabalho,

<sup>26</sup> Nas cerca de 2900 avaliações de joias, maioritariamente executadas pelo contrastante Vicente Manuel de Moura, entre os anos de 1865 e 1879, e dadas à estampa por Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, encontram-se cerca de 1000 cordões – peça matricial do “ouro popular” – apresentados por membros dos mais diversos estratos sociais, facto que comprova a sua importância e transversalidade social (Sousa, 2012: 159).

<sup>27</sup> Por cabaneiros entende-se os filhos de lavradores que não herdavam a quinta dos pais ou que não arranjavam uma quinta para trabalhar, vivendo de jornas nas quintas de outrem e morando em cabanas.

<sup>28</sup> O “dador de gado” seria aquele que financiava a compra do gado, mas que não era responsável pela sua criação, que ficava a cargo do lavrador. Quando as reses se vendessem, o lucro seria dividido por ambas as partes envolvidas.

sendo as mulheres quase ostracizadas caso não o usassem, pois, supostamente, não teriam as (necessárias) qualidades que o ouro retratava.

O cordão apresentava uma estabilidade formal e de tamanho, porém, a sua dimensão poderia variar e, desse modo, dariam duas, três e, excepcionalmente, quatro voltas ao pescoço, associando-se a sua dimensão a um diferenciador de posição económica e social. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, existiu alguma procura de cordões ociosos, que cessou, pouco depois, pois um cordão ocioso não possuía valor algum, seja em termos monetários, seja em termos sociais. Este fio completava-se com um pendente, que, na freguesia de Meinedo, se designava por "aparelho"<sup>29</sup>, e que podia ser constituído por uma cruz, um coração ou uma medalha redonda, possivelmente uma libra.

O "aparelho", caso houvesse liquidez, seria comprado juntamente com o cordão, ou, então, posteriormente, quando a oportunidade surgisse.

Além deste adorno, usar-se-iam, também, os trancelins, sendo a proporção entre as vendas de trancelins e cordões de um para 20, revelando o eterno peso que o cordão tinha como peça matricial na ornamentação da mulher do campo, fosse ela lavradeira, burguesa ou fidalga. Além destes fios, apreciavam-se, ainda, as voltas, mais pequenas e leves, e os fios de corda<sup>30</sup>, curtos, mas com alguma consistência.

Na região de Lousada, no início da centúria passada, em termos de pendentes de orelha, revelavam-se comuns as arrecadas "carniceiras", as argolas de rolamentos e os brincos de meia libra, mas as mulheres com mais posses e de um estrato

social mais elevado entre os lavradores usavam brincos de asa de mosca, brincos de fuso e os ditos brincos "parolos", entre os quais se destacavam aqueles conhecidos por "silvanas".

Já em meados do século XX, usou-se muito, no dia-a-dia, em mulheres acima dos 50 anos, um pendente pequeno, sobre o lóbulo, com influência *art déco*, designado por "brinco de argola e meia", tanto por alguns comerciantes, como por alguma clientela. Nesta época, os "parolos" continuavam entre os preferidos das mulheres desta região, seguindo-se os brincos de pingentes, os brincos folha de oliveira, que recebiam, em muitas zonas do Vale do Sousa, a designação de brincos de cabeça gravados, as pequenas cabeças gravadas com turquesas e meias luas – os tradicionais brincos de chapola –, e os já referidos "lutos".

Os ornamentos do "núcleo original" do "ouro popular", referidos *supra*, não integravam as peças mais comumente usadas, mas as cruzes de resplendor e as libras ornadas, apelidadas de medalhas ou, em alguns casos, designadas por "medalha com bigodes", devido ao acabamento superior que as suas guarnições apresentam – duas aletas contrapostas eram comuns. Como pendente preferencial, já na segunda metade da centúria, contavam-se as medalhas "caras de Cristo"<sup>31</sup>, e os "esmaltes" com guarnição de ouro e prata constituíram vendas enormes durante décadas, para todos os ourives<sup>32</sup>. Os alfinetes laço, conhecidos como "brochetes" em algumas regiões do Vale do Sousa, e as memórias, principalmente em formato oval, a que a maioria das pessoas chamava "medalhas de abrir", revelavam-se também artigos muito procurados.

<sup>29</sup> No Minho, as peças que rematam um fio recebem, em algumas regiões, o nome de "pendureza", independentemente da sua tipologia.

<sup>30</sup> O fio de corda a que nos referimos neste contexto é um fio de ouro de aproximadamente 60 cm de comprimento e com o aspecto de uma corda, ou seja, em torção.

<sup>31</sup> Trata-se de uma medalha redonda, com a face posterior lisa e a face da frente exibindo, em alto-relevo, a face de Cristo com a coroa de espinhos; peça muito popular na segunda metade do século XX.

<sup>32</sup> Muitos dos compradores desta peça acreditavam que o metal que pontuava as guarnições era ouro branco, e não prata, daí considerarem o seu preço tão interessante. No entanto, nem todos os ourives os venderam dessa forma, pois muitos deles reparavam o erro do cliente.

Os homens, na primeira metade da centúria, haviam exteriorizado o seu apreço por adornos áureos, através das correntes de relógio adornadas com libras, enquanto, na segunda metade do século XX, usavam, principalmente, voltas de barbela e fios 3+1<sup>33</sup>, adornados com cruzeiros e “cabeças de Cristo”<sup>34</sup> fundidas. Nas últimas décadas do século, começaram também a vender-se artigos que integram aquilo a que convencionamos chamar de “ourivesaria da saudade”, que consta da utilização de símbolos nacionais em anéis e pendentives, medalhas com a forma geométrica de Portugal, anéis dos clubes desportivos (já muito comuns nos anos 60), tudo com uma clara ligação à emigração e ao sentimento patriótico que lhe está sempre associado.

Nos ornamentos para crianças, as preferências voltavam-se para as voltas e pulseiras, alegradas com uma medalha, uma pequena cruz, um berloque ou compostas com uma figa em ouro, que veio substituir a figa de ónix, sanselimões, trevos e chaves de sacrários, atestando que a dimensão amulética do ouro, apesar de não constituir a principal expressão da ourivesaria popular, continuou presente durante todo o século XX.

## 7. O “ouro popular” e o uso do traje regional

No último quartel do século XIX, a variedade dos trajes do Minho, conforme as freguesias, os concelhos e os distritos, era de tal forma evidente que “exigiria um livro a descrição do trajar em todos os sítios da notável província”. Contudo, apesar da grande variedade de vestuário ostentado pelas mulheres de cada localidade, havia um ponto comum a todas elas: o ouro que exibiam e que caracterizava, como “feição, seu baptismo social [que lhe] imprime carácter na individualidade” (Costa, 1874: 258).



Figura 6.

Pendente em forma de medalha, com imitação de libra ao centro. A mesma peça existia com uma libra verdadeira no meio da composição.

Ambas as situações se podem transpor para qualquer região do Norte do País, dada a variedade de vestes regionais existentes, e também em Lousada isso se verificava, sendo tal diversidade plasmada pelos vários agrupamentos folclóricos, como, por exemplo, o Grupo Folclórico “As Lavradeiras do Vale do Sousa” (Meinedo), o Rancho Folclórico “Flores da Primavera” (Nespereira), o Rancho Folclórico de Nogueira, o Grupo Folclórico da Associação Cultural e Recreativa Senhora Aparecida (Torno), o Grupo Folclórico “As Ceifeirinhas do Vale Mesio” (Sousela) e o Rancho Folclórico São Pedro de Caíde de Rei, que reproduzem o modo de dançar e trajar entre 1885 e 1920. Entre eles, exibem uma certa uniformidade nos trajes, sendo apenas de considerar ligeiras diferenças no Grupo Folclórico “As Ceifeirinhas do Vale Mesio”, que recebe alguma influência do Baixo Minho, dada a situação geográfica da freguesia, já encostada a terras minhotas, e no Rancho Folclórico São Pedro de Caíde de Rei, que mostra algum influxo da freguesia de Santa Cruz de Riba Tâmega, pois Caíde de Rei pertenceu a essa região até 1855. Contudo, os trajes de todos eles, como no Minho do século XIX, são completados por algo que, paradoxalmente, os uniformiza e particulariza – os adornos de ouro –, pois percorre-os, transversalmente, completando-os e definindo-os na sua hierarquia e permitindo que uma mulher trajada se torne única dentro da uniformidade que o traje comporta. Contudo, dado

<sup>33</sup> Assim designados pela sua malha apresentar três elementos iguais e um diferente.

<sup>34</sup> Medalhas em forma de uma cabeça representando Cristo.

o receio de roubos, de perdas ou, ainda, por os membros mais novos não os possuírem, os adornos de ouro exibidos pelos elementos dos grupos folclóricos foram sendo substituídos por fantasias, e, no melhor dos casos, por prata dourada, encontrando-se apenas algumas peças em metal nobre, de pertença e responsabilidade das suas proprietárias e não do agrupamento, no colo de algumas lavradeiras.

A cada traje corresponde um determinado conjunto de ornatos, e, embora todos os dirigentes dos grupos folclóricos se esforcem por adquirir peças representativas da sua região, muitas vezes acabam por comprar aquilo que encontram disponível no mercado. Esta situação leva a uma contaminação de usos e à aquisição de ornamentos que não apresentam um cariz popular, não têm qualquer ligação com o que se usava na sua freguesia, nem com a ourivesaria portuguesa. Compreendemos que, devido ao preço do metal nobre, é impossível a estas associações e aos seus membros manterem, nos adornos, o nível que tentam preservar nos seus trajes, embora seja lamentável que assim tenha de ser.

Nos fatos de lavradeira, o cordão revela-se como o único fio a usar, apresentado singelo, com duas ou três voltas, ou rematado por uma medalha, uma cruz, ou um dos pendants que hoje em dia os substituem. Estes factos repetem o que se usava com os trajes de lavradeira do início do século, que eram usados nas grandes feiras de ano, nas romarias e nos casamentos das filhas dos fidalgos, quando as mulheres assim trajadas e ouradas com ouros de empréstimo, iam deitar as flores à noiva.

Nas orelhas, os brincos são imprescindíveis. Se no passado as argolas carnicieras se revelavam como os adornos de maior uso, hoje são as simples argolas lisas, redondas, as mais apresentadas pelas participantes destes agrupamentos folclóricos. Para o grupo de Caíde de Rei, os brincos constituem um uso obrigatório, pois se uma mulher não os apresenta continua a estar fanada. Também junto deste agrupamento, o ouro que se usa está de acordo com a indumentária, indo de um a quatro cordões, conforme a riqueza do

traje, e sendo estes adornados com corações, medalhas ou libras. Mais tarde, já em meados do século XX, na vida quotidiana, o cordão passaria a ser completado com um "esmalte", peça que pode funcionar como um alfinete de peito, encontrando-se esse adorno, por vezes, ao pescoço de algumas mulheres do grupo.

O Grupo Folclórico "As Ceifeirinhas do Vale Mesio", desde a sua fundação, em 1979, usa apenas adornos de fantasia, ainda que algumas das suas intervenientes exibam peças de ouro, e as tipologias apresentadas tendem a estar de acordo com o tipo de traje. Uma lavradeira rica leva vários cordões e brincos de trevo ou de meia libra, enquanto uma lavradeira do campo exhibe argolas ou as antigas arrecadas "carniceiras".

O Grupo Folclórico da Associação Cultural e Recreativa Senhora Aparecida também sente dificuldade em arranjar as peças típicas da região reproduzidas em fantasias, sejam os cordões, as medalhas e as carnicieras. Por isso, compram o que há no mercado, usando até os brincos à rainha, tão típicos do Minho, e aqui apelidados de brincos "coroa de rei". Por vezes, ainda se usam algumas arrecadas e cordões de ouro, nos trajes melhores, mas pertencem àquelas que os exibem.

O Grupo Folclórico "As Lavradeiras do Vale do Sousa" não possui adornos de ouro e os enfeites colocados também têm a ver com o tipo de traje. No passado, na região, o cordão era rematado por uma medalha, libra ou um crucifixo de resplendor, constituindo o já referido "aparelho", e arrecadas, argolas e brincos de trevo adornavam as orelhas das mulheres, peças que o rancho tenta encontrar em metais substitutos do ouro e usar nas suas atuações.

A dificuldade em encontrar os adornos corretos em metais substitutos do ouro é comum a todos os agrupamentos, o que revela que, na atualidade, a indústria de ourivesaria não reconhece a necessidade de manter as peças tradicionais, quando feitas em metais pobres, produzindo qualquer coisa semelhante e que consiga vender. Tal facto leva a uma contaminação dos usos locais, à inclusão de peças que não pertencem a este

grupo tipológico e ao empobrecimento da vivência do “ouro popular”, que foi parte integrante da vida das populações rurais do século XX.

## 8. Conclusão

O uso de adornos de ouro de carácter popular, enquanto processo de modificação corporal, socorreu, a seu tempo, a construção de identidades pessoais e coletivas, como as roupas, a maquiagem e as tatuagens o fazem nos nossos dias.

A tradicional apetência por objetos de ouro, na região Norte, revelou-se desde tempos remotos, contribuindo para isso, certamente, a riqueza mineral da região, a produção joalheira peninsular no Noroeste e a propensão ao entesouramento em materiais nobres, como a prata e o ouro, sentida, pelos séculos fora, na antiga província de Entre-Douro-e-Minho, na qual o Douro Litoral se encontrava inserido.

Nos séculos XIX e XX, os adornos de “ouro popular” impuseram-se como parte importante da vida das gentes nortenhas, que os usaram e enaltecera, concomitantemente com a melhoria das suas condições de vida, sendo o Minho a região onde essa prática mais vingou. Contudo, em todas elas, os adornos de ouro refletiram a subida na escala económica dos lavradores, revelaram hierarquias sociais e familiares, definiram grupos sociais, pontuaram a sociabilidade camponesa e premiaram o esforço individual e familiar.

O “ouro popular” integrava um número de tipologias cujas características formais e decorativas permaneceram iguais, tornando-o num conjunto coeso e estável através do tempo. Porém, as peças de maior aparato não foram usadas na região de Lousada, sendo o cordão, as arrecadas, as medalhas, as cruces de resplendor, as cruces de Malta e alguns modelos de brincos os mais utilizados. A partir dos anos 30 e 40 da centúria passada, um outro conjunto de peças em ouro, apelidadas de “parolas” ou “saloiás” pelos ourives, decoradas com pedras de vidro coloridas, entraram em uso, atingindo enormes vendas em



Figura 7. Ana Perdigão vestida com traje da região e exibindo cordão e brincos (silvanas) como ornamentação áurea.

todo o Norte, Lousada incluída. Por um lado, são os aparatosos adornos que se ligam aos grandes proprietários e famílias fidalgas do Minho e Douro Litoral. Contudo, são estas peças, juntamente com anéis de variadíssimos modelos, as que realmente alimentam as vendas de ourivesarias e feiras, manifestam o maior acesso da mulher à aquisição de peças de ouro e traduzem a sua posição dentro do seu grupo social até ao final da década de 70, época que marcamos como charneira para o uso deste tipo de ornamentação e vivência.

A forma como o “ouro popular” e o seu uso se enquadraram nos movimentos sociais e económicos da região, e o seu enfoque enquanto património material e imaterial, no século XX e no Norte de Portugal, estabeleceram-se como fenómenos duradouros que, com o decorrer das décadas, se transformaram numa circunstância quase apenas folclórica, dada a ligação dos adornos, ditos populares, apenas com o uso de trajes regionais. Se, no início da centúria, o seu uso seria constante em toda a província, este sofreu grandes alterações com o decorrer do século, entrando em visível declínio na antiga província de Entre-Douro-e-Minho, incluindo em Lousada, onde, contudo, a comercialização e uso de adornos de ouro constituíram importantes marcos económicos e sociais na vida das populações da região.

## Bibliografia

- [S.a.] – A expansão da Ourivesaria. *Boletim de Ourivesaria*. 5 (agosto de 1955), p. 8-9.
- \_\_\_\_\_ A nova tradição da ourivesaria. *Gondomar em Revista, revista municipal*. Gondomar. 5 (maio de 2001), p. 8.
- ARAÚJO, J. R. (1952) – *Algumas notas sobre o traje popular do Baixo Minho*. *Arquivo do Alto Minho*. Viana do Castelo: Empresa do Arquivo do Alto Minho, 4, p. 14.
- AURORA, CONDE D' (2007) – *Esparsos, raros e inéditos do Conde d' Aurora*. Ponte de Lima: ADRIL.
- BARBOSA, J. J. (dir); ERMIDA, J. R. (dir.); LIMA JÚNIOR (ed. lit.) [s.d.] – *Relatório e contas da direcção da Associação de Classe de Ourives do Porto referentes ao ano de... e parecer da Comissão de Contas*. Porto: Associação de Classe de Ourives do Porto.
- BASTOS, P. (1907) – *No coração do Alto Minho (a Póvoa de Lanhoso histórica e ilustrada)*. Braga: Imprensa Henriquina a Vapor.
- CARDOSO, M. (1957) – *Das origens e técnica do trabalho do ouro e sua relação com joalheria peninsular*. Guimarães: [s.n.].
- CARVALHO, A. L. (1938) – *Os mesteres de Guimarães*. Barcelos: Companhia Ed. do Minho, p. 97.
- \_\_\_\_\_ (1950) – *O ouro e a prata na tradição da província de Entre-Douro-e-Minho. Ourivesaria portuguesa*. Porto: Empresa de Publicidade do Norte, 10, p. 182.
- CHAVES, L. (1941) – *As filigranas*. Lisboa: S.P.N.
- COSTA, A. (1874) – *No Minho*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, A. R. (1945) – *Descrição topográfica, e histórica da cidade do Porto*. 2.ª ed. Porto: Livraria Progredior.
- COUTO, J.; GONÇALVES, A. M. (1960) – *A ourivesaria em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CRAVIDÃO, F. D. (1986) – *A difusão dos ourives em Portugal: o concelho de Cantanhede e a importância da freguesia de Nossa Senhora das Febres*. Coimbra: [s.n.].
- LIMA, J. S. (2000) – Festas. In *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- NUNES, F. (1949) – O casamento: uma tradição em declínio. *Douro Litoral – Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*. Porto. 3.ª série, 6, p. 49.
- OLIVEIRA, C. (1934) – *O concelho de Gondomar*. Porto: Imprensa Moderna.
- PIMENTEL, A. (1894) – *O Porto na berlinda: memórias d'uma família portuense*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron.
- RIBEIRO, M. (1964) – Notas e comentários sobre mercados e feiras. *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2.ª série, 61-62, p. 325-347.
- \_\_\_\_\_ (1974) – Laças de ouro e jóias afins: elementos para o estudo de jóias portuguesas de carácter popular. In *Memorium António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, vol. 3, p. 325, 347 (separata).
- SAMPAIO, A. (1903) – *A propriedade e a cultura no Minho*. Porto: Imprensa Moderna.

- SANCHIS, P. (1992) – *Arraial: a festa de um povo: as romarias portuguesas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SANTOS, M. A. (2007) – *Mestres ourives de Guimarães: séculos XVIII e XIX*. Porto: Instituto dos Museus e da Conservação.
- SEVERO, R. (1957) – Uma aquisição do Museu de Martins Sarmento. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 67 (3-4), p. 440.
- SOUSA, G. V. (2010) – *Percursos da joalheria em Portugal: séculos XVIII a XX*. Porto: UCE-Porto.
- \_\_\_\_\_ (2012) – *Tesouros privados: a joalheria na região do Porto (1865-1879)*. Porto: CIONP; CITAR; UCE-Porto, vol. 1, p. 159.
- VIEIRA, J. A. (1886-1887) – *O Minho pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.

### Fontes orais

- Ana Perdigão – Grupo Folclórico “As Lavradeiras do Vale do Sousa” (Meinedo).
- António Moreira – Grupo Folclórico “As Lavradeiras do Vale do Sousa” (Meinedo).
- António Teixeira Faria – Grupo Folclórico da Associação Cultural e Recreativa Senhora Aparecida (Torno).
- Artur Ferreira – Rancho Folclórico de Nogueira.
- Fernando Sousa – Grupo Folclórico “As Ceifeirinhas do Vale Mesio” (Sousela).
- Francisco Simões – Feira de Requião e Feira de Famalicão.
- Ramiro Gomes – Ourivesaria Neto (Lousada).
- Rui Magalhães – Ourives ambulante (Lousada).

## Anexo 1: Tabelas de ourivesarias no Concelho de Lousada entre 1900 e 1974

Data	Localidade	Tipologia	Designação
1900	Nevogilde	Ourivesaria	Augusto Carneiro da Rocha.
1905	Lousada	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto.
	Lousada	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto.
1908	Lousada	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto, villa.
1908	Lousada	Relojoaria	António Coelho Pereira de Magalhães, villa; Bernardino Coelho Pereira de Magalhães, villa; José Marques, villa.
1911	Lousada	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto.
1911	Lousada	Relojoaria	António Coelho Pereira de Magalhães; Bernardino Coelho Pereira de Magalhães; José Marques.
1912	Lousada	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto.
1913	Torno (Paços)	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto, na villa; José Moreira em Paços S. Fins.
1914	Torno (Paços)	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto, na villa; José Moreira em Paços S. Fins.
1915	Torno (Paços)	Ourivesaria	Serafim da Silva Netto, na villa; José Moreira em Paços S. Fins.
1925	Lousada	Ourives	Serafim da Silva Netto e Filho.
1925	Lousada	Relojoaria	António Coelho Pereira de Magalhães; João Marques.
1934	Lousada	Relojoaria e Ourivesaria	Relojoaria e Ourivesaria de António Pereira Louzada, R. Visconde de Alentém.
1934	Lousada	Relojoaria	Alexandre Magalhães Barros; António Coelho Pereira Magalhães; António Pereira Louzada, R. Visconde de Alentém; Arnaldo Pinto Magalhães.
1935	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada, R. Visconde de Alentém; Joaquim da Silva Netto.
1936	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada; Joaquim da Silva Netto.
1939	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada; Joaquim da Silva Netto.
1940	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada; Joaquim da Silva Netto.
1940	Lousada	Relojoaria	Alexandre Magalhães Barros; António Coelho Pereira Magalhães; Joaquim Gonçalves Júnior.
1943	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada; Joaquim da Silva Netto.
1946	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada; Joaquim da Silva Netto.
1946	Lousada	Relojoaria	Alexandre Magalhães Barros; António Coelho Pereira Magalhães; Joaquim Gonçalves Júnior.
1948	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada; Joaquim da Silva Netto Sucrs.
1948	Lousada	Ourivesaria	Alexandre Magalhães Barros; António Coelho Pereira Magalhães; Joaquim Gonçalves Júnior.
1948	Torno	Ourivesaria	Joaquim Teixeira Cardoso; Raul Pinto da Cunha.
1952	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada (com reclame grande).
1952	Torno	Relojoaria e Ourivesaria	Joaquim Teixeira Cardoso; Raul Pinto da Cunha.
1953	Lousada	Ourivesaria	António Pereira Louzada, telef.15; Joaquim da Silva Netto Sucrs.
1953	Caíde de Rei	Ourivesaria	Abel Magalhães Barros.
1953	Torno	Relojoaria e Ourives	Joaquim Teixeira Cardoso.
1954	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef.15; Joaquim da Silva Netto, telef. 56.
1954	Lousada	Relojoaria	Magalhães; António Manuel da Silva Netto; Joaquim Gonçalves Júnior.

(continua na página seguinte)

<b>Data</b>	<b>Localidade</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Designação</b>
1954	Caíde de Rei	Ourivesaria	Abel Magalhães Barros.
1954	Torno		Joaquim Teixeira Cardoso.
1956	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1956	Caíde de Rei	Relojoaria	Abel Magalhães Barros.
1956	Torno	Ourivesaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1957	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1957	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1957	Caíde de Rei	Ourivesaria e Relojoaria	Abel Magalhães Barros.
1957	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	João Teixeira Cardoso.
1958	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1958	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1958	Torno	Ourivesaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1959	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1959	Lousada	Relojoaria	António Coelho Pereira Magalhães; António Louzada; António Manuel da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1959	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	João Teixeira Cardoso.
1961	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1961	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1961	Caíde de Rei	Ourivesaria e Relojoaria	Abel Magalhães Barros.
1961	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1963	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1963	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1963	Caíde de Rei	Relojoaria e Ourivesaria	Abel Magalhães Barros.
1963	Torno		Joaquim Teixeira Cardoso.
1964	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1964	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1964	Caíde de Rei	Ourivesaria e Relojoaria	Abel Magalhães Barros.
1964	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1966	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1966	Lousada	Ourivesaria e Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1966	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1967	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56.
1967	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1967	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1968	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15, (reclame grande); Joaquim da Silva Neto, telef. 56; Fernando Magalhães.
1968	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.

*(continua na página seguinte)*

<b>Data</b>	<b>Localidade</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Designação</b>
1968	Torno	Relojoaria e Ourivesaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1969	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56; Fernando Magalhães.
1969	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1970	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56; Fernando Magalhães.
1970	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1970	Torno	Ourivesaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1971	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56; Fernando Magalhães.
1971	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1971	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1972	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56; Fernando Magalhães, telef. 91184.
1972	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1972	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1973	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56; Fernando Magalhães, telef. 91184.
1973	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1973	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.
1974	Lousada	Ourivesaria	António Lousada, telef. 15; Joaquim da Silva Neto, telef. 56; Fernando Magalhães, telef. 91184.
1974	Lousada	Relojoaria	António Coelho Magalhães; António Louzada; Joaquim da Silva Neto; Joaquim Gonçalves Júnior.
1974	Torno	Ourivesaria e Relojoaria	Joaquim Teixeira Cardoso.

